

Contrato Unimed-Rio/Sisejufe teve reajuste zero em 2013



Diretores do Sisejufe Ronaldo e Edson: esforço na busca do melhor para a categoria

Após exaustivas negociações com a empresa no final do ano passado, e ainda nesse ano, a Unimed-Rio se comprometeu junto ao sindicato a não aplicar qualquer reajuste no mês de janeiro de 2013, transferindo para junho o respectivo aumento relativo ao ano de 2012, juntamente com o contrato antigo que tinha o mês de janeiro como data-base. Portanto, zero foi o percentual de reajuste aplicado ao plano de saúde Unimed-Rio em convênio com o Sisejufe. Enquanto isso, plano de saúde do TRF2 e da Justiça Federal tem reajuste de 16,39%.

Páginas 7, 8 e 9

Entrevista: Mara Weber

Unidade na ação contra o adoecimento e o assédio moral

Encontrar saídas para barrar o surgimento e a ampliação das doenças osteomusculoarticulares, oftálmicas e psíquicas, advindas da equação que não fecha quando se coloca mais carga de trabalho, menor tempo de processamento dos feitos com a mesma quantidade de servidores é um

desafio colocado para as direções de sindicatos de base e da federação. Esses são desafios também para Mara Weber e seus companheiros do coletivo “Mais Fenajufe”.

Páginas 4 e 5



8º Congrejufe elege diretoria mas não organiza a categoria

Apesar de apresentadas as teses gerais e específicas, durante o congresso, a categoria judiciária terá seu plano de lutas para o próximo período somente a partir de agosto, a ser discutido em plenária nacional neste mês.

Páginas 3, 6, 11, 12, 13, 14 e 15

Vence a democracia, perde o arbítrio

Um dos pontos altos do Congrejufe foi a discussão de uma liminar da Anata/Subsídio contra a divulgação de uma das teses da delegação carioca intitulada “Anata, extrema direita organizada no Judiciário Federal”.

Página 2

Alarmes de incêndio assustam servidores da Almirante Barroso

Servidores são surpreendidos pelo procedimento sem receberem qualquer tipo de informação sobre um possível teste de evacuação.

Página 10

LATUFF



Vence a democracia, perde o arbítrio

8º Congrejufe Congresso derruba tentativa de veto a uma das teses da delegação do Rio de Janeiro

Um dos pontos altos do Congrejufe foi a discussão de uma liminar da Anata/Subsídio contra a divulgação de uma das teses da delegação carioca intitulada “Anata, extrema direita organizada no Judiciário Federal”, defendida pelo diretor do Sisejufe, Roberto Ponciano.

A liminar pretendia que o dirigente sindical não pudesse fazer a divulgação do trabalho por meio eletrônico; que a mesma não constasse do Caderno de Teses do 8º Congrejufe; ou, mesmo, que Ponciano pudesse defendê-la no espaço do Congresso destinado a esse fim.

Embora a juíza do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) considerasse que a tese não seria ofensiva e que o Judiciário não deve intervir na organização dos trabalhadores, deferiu, em parte, a demanda da Anata, que, mesmo tendo comunicado a mesa dirigente do Congresso

acerca da liminar, a Fenajufe, em nenhum momento, foi oficial ou formalmente citada na ação para cumprimento de decisão.

Após a defesa de Ponciano, alguns delegados, factualmente dirigentes da Anata, solicitaram à mesa o “direito de resposta”, o que gerou um debate sobre a procedência ou não da solicitação. Foram abertas, assim, defesas contrárias e favoráveis à concessão do “direito de resposta” e, feita a votação, o plenário, por maioria, decidiu que não seria feito tal consentimento.

A defesa contra o tal “direito de resposta” se pautou com base na chamada “Autonomia e liberdade sindical” por três motivos, que são: o de que não é o Judiciário quem determina como deve ser o funcionamento dos fóruns deliberativos ou instâncias dos trabalhadores, entendimento esse, inclusive, adotado pela juíza do TRT/RJ;

de que não existe a figura congressual de réplica no caso de defesa de teses. Somente têm direito ao uso da palavra, nessas circunstâncias, os que, por acaso, forem citados ofensivamente por outros e depoimentos públicos, o que não foi o caso para os delegados insatisfeitos com a tese apresentada por Ponciano; e que, sendo a Anata uma entidade antagônica à Fenajufe, o plenário considerou que ela não poderia se pronunciar, enquanto Anata, uma vez que não faz parte dos quadros da Federação ou de suas instâncias.

Para Roberto Ponciano, a votação desse ponto controverso foi dividida, mesmo que com razoável margem de diferença de votos entre uma proposição e outra, na medida em que, “por uma questão apenas eleitoreira do bloco composto pela CSP-Conlutas e Anata defendeu a concessão da palavra para essa



Ponciano quase foi impedido de defender tese da delegação do Rio de Janeiro

entidade, passando por cima de um princípio basilar, defendido pela Fenajufe, que é a não intervenção do Estado”. Para ele, “a manobra da Anata foi derrotada pelo conjunto dos delegados, significando uma tríplice vitória: ética, na medida em que denunciou

a aliança eleitoreira entre Anata e CSP-Conlutas; política, uma vez que deixou claro que a categoria, nacionalmente organizada, não aceitará qualquer tipo de golpe como esse; e eleitoral, pelo fato de ter reconfigurado as forças políticas no 8º Congrejufe”.

Contraponto

SISEJUFÉ: Filiado à FENAJUFÉ e à CUT
SEDE: Av. Presidente Vargas 509/11º andar
 Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20071-003
TEL./FAX: (21) 2215-2443
PORTAL: <http://sisejufe.org.br>
ENDEREÇO: imprensa@sisejufe.org.br

DIRETORIA: Ademir Augustinho Gregolin, Adriano Nunes dos Santos, Angelo Canzi Neto, Carlos Henrique Ramos da Silva, Dulavim de Oliveira Lima Junior, Edson Mouta Vasconcellos, Flávio Braga Prieto da Silva, Francisco Costa de Souza, Francisco de Assis Moura de Andrade, Helena Guimarães Cruz, Joel Lima de Farias, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Marcos André Leite Pereira, Mariana Ornelas de Araújo Goes Liria, Mario César Pacheco Dias Gonçalves, Marli Ferreira Gomes, Marzia Andrea Bandeira Maranhão, Moisés Santos Leite, Nilton Alves Pinheiro, Nilton Vieira Reis, Olker Guimarães Pestana, Pedro Paulo Gasse Leal, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Antônio da Motta, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior, Ronaldo Almeida das Virgens, Sidnei Barbosa Seixas, Solange de Oliveira Skinner, Valter Nogueira Alves, Williams Faustino de Alvarenga. **ASSESSORIA POLÍTICA:** Vera Miranda.

REDAÇÃO: Fortunato Mauro (MTb 20732) – Max Leone (MTb RJ/19002/JP) – Tatiana Lima (MTb 32631/RJ)

DIAGRAMAÇÃO: Deisedóris de Carvalho – **ILUSTRAÇÃO:** Latuff – **CONSELHO EDITORIAL:** Roberto Ponciano, Max Leone, Fortunato Mauro, Valter Nogueira Alves, Ricardo de Azevedo Soares, Flávio Prieto, Pedro Paulo Leal e Vera Miranda. **FOTOGRAFIA:** Acervo Sisejufe

EDIÇÃO: Fortunato Mauro

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas a edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita a aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso em Papel Reciclado. 7,5 mil exemplares.



Encontro e profusão de ideias

8º Congrejufe Quase 500 delegados, 60 observadores e 67 teses demonstraram a variada produção da categoria

Iniciado dia 26 de abril, às 15h, o 8º Congresso da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Nacional e do Ministério Público da União (Fenajufe) abriu sua programação para cinco dias (26 a 30 de abril) para definir as reivindicações da categoria, seu plano de lutas e a escolha da nova direção da entidade. Também elegeu o novo Conselho Fiscal para o triênio 2013 – 2016.



Mesa de abertura do 8º Congrejufe: história e homenagens

Na abertura, os 481 delegados e os 64 observadores credenciados participaram do ato comemorativo dos 20 anos da Fenajufe – completados em dezembro de 2012 –, com a apresentação do coral “Arte em Canto”, do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal no Estado de Minas Gerais (Sitraemg) que interpretou músicas de compositores mineiros. Os participantes assistiram um vídeo-documen-

tário produzido pela federação; aprovaram o Regimento Interno do 8º Congrejufe e debateram, junto com Frei Betto, professor e escritor, temas de conjunturas nacional e internacional.

Com o Caderno de Teses como referência, os delegados – eleitos pelas assembleias de base dos sindicatos – tiveram pela frente a leitura, a discussão e a escolha de uma ou mais das 14 teses que propunham mudanças

estatutárias na Fenajufe. Das 11 teses gerais, que dissertavam desde a unidade da categoria até a desfiliação da Fenajufe da Central Única dos Trabalhadores (CUT), havia proposições como a questão de um Judiciário “autônomo e independente”, análise das conjunturas nacional e internacional e a proposta de uma “outra Fenajufe” ser possível; outras 45 específicas (carreira judiciária, saúde e relações e

jornada de trabalho, juventude, preconceitos racial, de gênero, étnico e de opção sexual, assédio moral, “modernização” do Judiciário entre outras) o que somou 67 textos de contribuições, revelaram, em sua variada temática, a preocupação dos trabalhadores do Judiciário e do Ministério Público federais com questões do cotidiano dos locais e das relações de trabalho em todo o país.

Somente a unidade emancipa trabalhadores

Convidado para a mesa de abertura do 8º Congrejufe, Raúl Vázquez, que acompanhou o congresso até o final, teve cuidado ao vincular a Associação de Funcionários Judiciais do Uruguai (AFJU), de onde é secretário-geral, ao processo histórico de seu país, o Uruguai. A realidade do mundo do trabalho daquela nação é bastante similar a do Brasil e a dos demais países capitalistas sul-americanos. Lá, assim como aqui, acentuando a necessidade de os sindicatos resgatarem os seres humanos, transformados – pelo capital e pelo mercado – em

máquinas de consumo. Vázquez buscou operar com a lógica da solidariedade de classe.

Tendo o Uruguai apenas uma central sindical, que é o Plenário Intersindical de Trabalhadores – Convenção Nacional de Trabalhadores (PIT-CNT), que reúne cerca de 700 mil trabalhadores, agrega diferentes correntes políticas. Na PIT-CNT todas elas opinam a respeito de todos os temas em debate. Segundo o sindicalista uruguaio, “a unidade é a chave para a emancipação dos trabalhadores” e, portanto, “as ideias de todos são respeitadas. Pode haver aplausos, mas não vaias”, uma vez que a lógica é que “respeto su idea a tu respe-

tas mi” (respeito a tua ideia pra você respeitar a minha).

Assim como no Brasil, problemas como o assédio moral e os pontos negativos da informatiza-

ção também estão presentes nas relações uruguaias de trabalho. Para Vázquez, o sistema eletrônico necessariamente não melhora a afirmação da Justiça, na medida em que um cidadão

ainda espera por anos a fio para ver seus direitos consagrados. “Isso não é justiça”, decreta o sindicalista.

“O sistema eletrônico necessariamente não melhora a afirmação da Justiça, na medida em que um cidadão ainda espera por anos a fio para ver seus direitos consagrados.”

Raúl Vázquez

Unidade na ação contra o ado

Entrevista Mara Weber, servidora do TRT4, especialista em Administração Pública, eleita coord

Desde 2007, os trabalhadores lutam por um Plano de Carreira que busque padronizar e qualificar a gestão e as relações de trabalho no Judiciário Federal, o que deveria constar como meta prioritária para os períodos posteriores aquele ano

Desde então, essa tarefa está no topo do Plano de Lutas da categoria e a discussão acerca do tema atravessou os dois últimos congressos da Fenajufe. Nessa linha do tempo, o Judiciário também constituiu e vem implantando a sua pauta para a gestão do trabalho nesse Poder da República - através da imposição de metas e de sua virtualização - e o impacto dessa política aparece

de forma nefasta no aumento do adoecimento da categoria e das aposentadorias por invalidez.

Encontrar saídas para barrar o surgimento e a ampliação das doenças osteomusculoarticulares, oftálmicas e psíquicas, advindas da equação que não fecha quando se coloca mais carga de trabalho, menor tempo de processamento dos feitos com a mesma quantidade de servidores é um desafio colocado



“A tarefa no interior da federação será bastante difícil diante da composição e correlação de forças, assim como com a divisão que se estabeleceu entre os delegados e que pode, também, permear a categoria como um todo.”



para as direções de sindicatos de base e da federação.

É nesse contexto que, surgindo, além da obrigação da discussão da valorização profissional e salarial, outras, tão ou mais complexas, como as de saúde do trabalhador e condições dignas de trabalho, que passam, necessariamente, pela redução de jornada e pelo enfrentamento do assédio moral, que o Contraponto entrevistou, durante o 8º Congrejufe, uma das novas coordenadoras-gerais da Fenajufe.

Trata-se de Mara Weber, servidora do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT4), especialista em Administração Pública, que aponta possíveis problemas no processo de gestão da Fenajufe em função da correlação de forças definida no 8º Congrejufe. Porém, Mara avalia que se construída, de forma correta, poder-se-á instituir uma legislação que dê um basta na terceirização e na precarização das relações de trabalho. Defende que com a metodologia da unidade na ação, se possa

elaborar ações que se contraponham ao assédio moral, que se enfrente as questões de saúde com atitudes preventivas e que se busque, assim, a eliminação das condições insalubres e de risco nos ambientes laborais.

Contraponto – Avaliando a conjuntura atual e a que se avizinha, assim como a correlação de forças no interior da Fenajufe, como você avalia a sua tarefa na função de uma das coordenadoras-gerais e a do coletivo ao qual você par-

Adoecimento e o assédio moral

Presidente-geral da Fenajufe, defende ser esse seu o maior desafio da categoria



Contraponto – Do ponto de vista do movimento, como você avalia a retomada do debate sobre o Plano de Carreira?

Mara – Nós temos um compromisso firmado com o Supremo Tribunal Federal (STF) desde 2008, anterior à entrada da tabela do PCS, de retomada da discussão da Carreira, assim que se encerrasse a discussão do PCS. Então, na verdade, nós temos duas frentes: uma, trata da discussão de como repor as perdas que não foram contempladas pelo reajuste de 27% e, ao mesmo tempo, a retomada da discussão de Carreira junto ao STF assim como a necessidade de levar essa discussão, inclusive pela própria realidade de desvalorização da categoria, o que tem sido uma das questões que reduzem em grande insatisfação. Em uma Pesquisa Geral de Saúde que fizemos no Rio Grande do Sul, a grande causa apontada de desmotivação da categoria em todos os ramos, trata-se da questão da falta de crescimento na carreira. Então, isso demonstra a importância da retomada desse debate, retornando com a discussão acerca da ascensão, atribuição de cargos uma vez que, atualmente, e com a lógica do Processo Eletrônico, piora ainda mais a questão das atribuições de técnicos, analistas, a confusão entre as atribuições, principalmente na Justiça do Trabalho. Por isso avaliamos ser muito importante retomarmos essa discussão. Além disso, há, também, a questão do embate que temos que fazer com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre a questão de metas, do planejamento estratégico bastante autoritário, imposto pelo STF aos servidores e a própria implementação do Processo Eletrônico.

Contraponto – E a respeito do projeto de Saúde. Que projeto é esse? O que significa?

Mara – Nós assumimos a direção na Fenajufe com o compromisso de pensar, reivindicar e estabelecer uma política nacional

de Saúde e fazer o enfrentamento do Processo Eletrônico, buscando dar suporte às entidades sindicais de base que não estão preparadas pra fazer esse embate nos estados, na medida em que, até aqui, a Fenajufe não cumpriu esse papel, mesmo que tenhamos instituído o Grupo de Trabalho (GT) de Saúde, mas não evoluímos na construção de um coletivo de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora no interior da federação que possa, realmente, dar suporte, instrumentalizar com informação para os estados, fazer uma discussão que está atrasada, mas que a gente vai ter que fazer pelo fato de que precisamos de uma definição da categoria acerca disso. Veja que, nessa esteira do Processo Eletrônico, que está intimamente ligado ao modelo de gestão do CNJ, com suas metas e a questão da intensificação do trabalho, o que aponta

para o aumento do assédio moral, visualizado a partir das inúmeras denúncias que temos recebido nos sindicatos e que, mormente, é uma das causas de adoecimento.

Contraponto – Qual é a sua avaliação acerca da desfiliação da Fenajufe da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e no que isso pode resultar?

Mara – A saída da CUT se dá em uma conjuntura de unidade da extrema esquerda com a direita que, mais recentemente, se organiza. E essa direita não vem com o intuito de avançar em nenhuma pauta da categoria ou de se construir como alternativa. Ela vem com um viés de destruição, mesmo, do movimento sindical, tanto que a Anata/Subsídio colaborou com a CSP-Conlutas na composição de maioria para

a desfiliação da Fenajufe da CUT, deixou claro, em sua defesa de chapa, que ela quer destruir tanto a CUT como a CSP-Conlutas. E isso não contribui com nenhuma vantagem, com a organização dos servidores. Na verdade, nos coloca numa situação de isolamento bastante complicada em um momento, no qual precisamos sensibilizar os demais trabalhadores para a nossa causa, nossa situação funcional, contra o avanço do CNJ que aponta para a deterioração das condições de trabalho que temos observado e vivido nos vários setores e locais de trabalho, assim como o advento do Processo Eletrônico que, de maneira acachapante, traz consigo problemas tais como o adoecimento e o assédio moral. Assim, não acharemos, com facilidade, solidariedade com o nosso isolamento.

“ Não evoluímos na construção de um coletivo de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora no interior da federação que possa, realmente, dar suporte, instrumentalizar com informação para os estados, fazer uma discussão que está atrasada, mas que a gente vai ter que fazer pelo fato de que precisamos de uma definição da categoria acerca disso. ”



ticipa - o Mais Fenajufe - no mandado que se inicia?

Mara Weber – A tarefa no interior da federação será bastante difícil diante da composição e correlação de forças, assim como com a divisão que se estabeleceu entre os delegados e que pode, também, permear a categoria como um todo. Mas eu avalio que esse coletivo - o Mais Fenajufe -, que se constitui com propostas e com uma prática política ética e honesta, é quem tem a tarefa de fazer essa mediação e de construir o diálogo, de expor as suas propostas e de empurrar, para que se avance na atuação da nova direção. Não será uma tarefa fácil, mas avalio que para ela, quem melhor pode desempenhá-la, atualmente, é o coletivo Mais Fenajufe, pelo fato de ser, atualmente, quem melhor dialoga com todas as forças.

Frei Betto: uma nova era que tem como seu paradigma o mercado

8º Congrejufe Frei Betto analisa o processo histórico que rege a atual dinâmica do capitalismo

Palestrante no debate de Conjuntura (Nacional e Internacional), Carlos Alberto Libânio Christo, o Frei Betto, professor, escritor e ex-coordenador de Mobilização Social do programa “Fome Zero” no governo Lula, de quem foi assessor especial, discorreu sobre o que define como “uma nova Era” ou a chamada “pós-modernidade”. Segundo ele, ela nos faz ingressar “em um terceiro momento da história do Ocidente” que tem como paradigma “o mercado”.

Frei Betto reforça sua análise com a argumentação de que “todos nós vivemos algo que os nossos avós e bisavós não viveram, que é uma mudança de época. Eles viveram épocas de mudanças, mas não uma mudança de época”. Para ele, desde a última vez que ocorreu uma mudança de época no Ocidente já se vão cerca de 500 anos, “quando as sociedades ocidentais passaram do período Medieval - que durou mil anos -, para o período Moderno, que acaba agora, com a nossa geração”.

E, lançando mão do conceito de “paradigma”, usado nas ciências, o analista busca mostrar o impacto da transição por ele observada: “Comparo paradigma com o mastro central que eleva a lona do circo. Se for retirado, a lona desaba”. Segundo Frei Betto, quando a “Igreja detinha o poder”, tinha-se a cosmologia do astrônomo e matemático grego Ptolomeu (século I, d.C.), cujo modelo apontava para a centralidade da Terra em relação ao Sol.

Nicolau Copérnico, astrônomo e matemático polonês, nos idos dos anos de 1500, propõe, em um esforço epistemológico, a chamada Teoria Heliocêntrica: a Terra, finalmente, move-se em torno do Sol. Comparando tal questão, Frei Betto trás para a cena o velho ditado que afirma que “a cabeça pensa onde pisam



“**Todos nós vivemos algo que os nossos avós e bisavós não viveram, que é uma mudança de época. Eles viveram épocas de mudanças, mas não uma mudança de época.**”

Frei Betto

os pés” e quando “muda-se o piso dos pés, muda-se a cabeça”. Enquanto todos “olhavam o Sol com os pés na terra, Copérnico pensou em como seria se tivesse os pés no Sol, e isso o fez ver a realidade de forma diferente, de forma científica”. Frei Betto explica assim, dessa maneira, portanto, a falência do período Medieval, marcado pela mudança do “paradigma da Fé para o da Razão, calçado na Ciência e na Tecnologia”.

Para o frei dominicano, não entender esse “terceiro momento”, ou esse “pano de fundo”, da História do Ocidente, significa dizer que não será permitido compreender uma gama de questões, sobretudo

“a crise de valores, a mudança dos perfis sexuais, o problema da droga, o esgarçamento das lutas sociais, principalmente, por exemplo, do sindicalismo. Sem entender isso, a gente se perde na turbulência sem perceber que ela é provocada por uma grande tempestade que se chama mudança de época”.

Breve análise de América Latina

Frei Betto também fez breves comentários acerca da situação da América Latina nos últimos 40 anos, período no qual, segundo ele, foi possível atravessarmos três grandes ciclos políticos: “o das ditaduras, o dos governos messiânicos

neoliberais e dos governos democráticos populares”. No caso do governo Lula, ele avaliou que havia duas alternativas: apoiar-se em quem o elegeu ou apoiar-se nas forças políticas do Congresso Nacional. Evo Morales, presidente boliviano, articulou-se, por exemplo, com os movimentos sociais, mas Lula, ao contrário disso, pactuou com as forças políticas do parlamento, no qual existem setores que representam, principal e nitidamente, os interesses empresariais, do Agronegócio, da Comunicação entre outros. Por isso, avalia Frei Betto, os movimentos sociais ficaram sem interlocução.

“Apesar das melhorias, o

governo Lula não fez reformas estruturais fundamentais, tais como a reforma política e a reforma agrária e nem avançou em dois fatores fundamentais, a Saúde e a Educação”, afirmou.

Por outro lado, o analista critica o fato de que os movimentos sociais, principalmente o sindical, abandonaram “o trabalho de base”, e parte da explicação disso, segundo ele, deu-se com a eleição de Lula, tendo como resultado o que somos deseducados para a democracia participativa. “O que se tem hoje, no país, é a democracia delegativa e, minimamente, a participativa. O desafio é construir a democracia comunitária, que, baseada na força da organização social, poderá se refletir nas estruturas de poder do país”, aponta Frei Betto.

O “paradigma da pós-modernidade”, por fim, é relativizado e sintetizado por Frei Betto da seguinte maneira: “É cedo para dizer, mas talvez seja a mercantilização de todas as dimensões da vida humana”. Além disso, avalia o analista que as novas tecnologias vêm desagregando movimentos sociais e sindicais: “Antes os trabalhadores participavam das assembleias de sindicatos, por exemplo. Agora, com a internet, as pessoas participam das redes virtuais, trocam mensagens, aderem a abaixo-assinados por alguma causa, mas não saem da frente do computador. Estamos nos desumanizando com as redes virtuais”, alertou o frei dominicano.

Por fim, Frei Betto aponta três desafios para os movimentos sociais: “Reelaborar um projeto para o país calcado na formação histórica, retomar a formação política das novas gerações, para ter quadros que sucedam os atuais, e apoiar todas as forças que, de alguma forma, fazem a luta para dar outra cara para o paradigma da pós-modernidade”.

Reajuste do plano de saúde Unimed-Rio/Sisejufe será de 7,97%

Saúde Foram 17 meses sem nenhum reajuste

Operadora tentou aumento superior, mas Sisejufe resistiu e buscou o melhor para a categoria



“Ter a sensibilidade de pensar a gestão do plano sempre a partir do olhar do nosso filiado. Esse é o nosso diferencial”

Ronaldo das Virgens

Após 17 meses servidores e servidoras vinculados ao Plano de Saúde Unimed/Sisejufe terão neste mês de junho de 2013 os valores de seus contratos de plano de saúde, titulares, dependentes e agregados, reajustados em 7,97%. O reajuste, que sempre ocorreu no mês de janeiro, aniversário do contrato firmado entre sindicato e a Unimed, foi prorrogado para o mês de junho de 2013.

O Sisejufe negociou intensamente com a empresa o índice de reajuste. A operadora reivindicou, inicialmente, um aumento superior a isso, porque no período avaliado, janeiro de 2011 a junho de 2013, se passaram exatamente 17 meses sem nenhuma recomposição nos valores cobrados.

Ocorre, que mesmo com esse longo período, o contrato não teve “sinistralidade” e,

portanto, não havia nenhuma justificativa para ter um aumento superior. Após dias de negociação, Sisejufe e Unimed chegaram a um acordo para aplicação do percentual de 7,97%, com o entendimento de que tal percentual seria suficiente para restabelecer o equilíbrio contratual e não expor o contrato em risco.

No ano passado, a diretoria do sindicato discutiu com a Unimed-Rio a necessidade de alterar a data de reajuste do contrato, pois, em janeiro, que é o mês de aniversário do mesmo, os servidores e servidoras arcam com elevadas despesas de início de ano, tais como matrícula e material escolar, IPTU, IPVA dentre outros. Ainda foi discutido com a Unimed-Rio a necessidade de se unificar o reajuste dos dois contratos hoje existentes, titulares/dependentes e agregados, que ocorrem em datas diferentes.

O contrato de agregados, que atende, em sua maioria, pais e mães dos servidores, passou a ter seu índice de reajuste analisado conjuntamente com o contrato titulares/dependentes, dessa forma foi ampliado o número de vidas, e os reajustes tendem a ser menores.

Diante da boa saúde financeira do contrato e dos argumentos de Ronaldo das Virgens, Edson Mouta e Valter Nogueira, diretores do Sisejufe, que conduziram a negociação, a Unimed-Rio atendeu a solicitação prorrogando o reajuste para junho de 2013, que será debitado no contracheque do referido mês.

Para Edson Mouta, as diversas conquistas obtidas em processo de negociação com a Unimed-

-Rio são frutos de um plano de ações previamente construído pelos diretores responsáveis pelo acompanhamento do plano de saúde, no sentido de garantir aos servidores a melhor relação custo/benefício na adesão e permanência no plano. “Estamos atentos a tudo que pode trazer benefícios para à categoria”, argumenta Edson, que é um dos principais negociadores junto a Unimed-Rio.

Ronaldo das Virgens, outro diretor envolvido intensamente na negociação do plano de

saúde, aponta que os pequenos detalhes geram grandes diferenciais. “A mudança de data do reajuste de janeiro para junho foi pensada para garantir ao servidor uma necessária diminuição do impacto das contas fixas do mês de janeiro, época em que pagamos a maioria das taxas fixas anuais”. Para pensar nestes detalhes é preciso “ter a sensibilidade de pensar a gestão do plano sempre a partir do olhar do nosso filiado. Esse é o nosso diferencial”, afirma o diretor.



“Estamos atentos a tudo que pode trazer benefícios para à categoria”

Edson Mouta

Contrato teve reajuste zero em 2013

Isso mesmo, zero foi o percentual de reajuste aplicado ao plano de saúde Unimed-Rio em convênio com o Sisejufe. Após exaustivas negociações com a empresa, no final do ano passado, a ela se comprometeu junto ao sindicato a não aplicar qualquer reajuste no mês de janeiro de 2013, transferindo para junho o respectivo aumento, juntamente com o contrato antigo que já tinha esse mês como data-base.

Levando-se em conta o percentual de 7,97% dividido entre os 17 meses, e se fosse aplicado proporcionalmente em 12 meses, ou seja, janeiro de 2013, o reajuste do contrato Unimed-Rio/Sisejufe seria de 5,5%.

A diretoria do Sisejufe acompanha diretamente todas as questões que envolvem o contrato de plano de saúde e, dessa forma, os reajustes que o mesmo vem sofrendo nos últimos anos tem ficado em patamares inferiores aos praticados no mercado ou nos planos que



atendem os tribunais, em 2010, por exemplo, o reajuste do contrato do Tribunal Regional

Federal (TRF2) e da Justiça Federal (SJRJ) foi de 37%. O acompanhamento e uma

atuação direta da diretoria da entidade e é extremamente importante para que a gestão

do plano seja eficiente e não ocorra reajustes “estratosféricos” para os servidores.

Reajuste do plano de saúde do TRF2 e da Justiça Federal será de 16,39%

Com índice retroativo a dezembro, os servidores e servidoras do TRF2 e da SJRJ, que são vinculados ao contrato de plano de saúde Unimed Norte-Nordeste, sofrerão, neste mês de maio, o reajuste contratual de 16,39% em seus contracheques. O reajuste, que deveria ser efetuado em dezembro de 2012, vai ser retroativo e dividido em quatro parcelas nos próximos meses.

Foi com indignação e muita insatisfação que os servidores do TRF2 e da SJRJ tomaram

conhecimento do reajuste do Plano de Saúde Unimed Norte-Nordeste.

Sabe-se que o reajuste de um plano de saúde respeita regras contratuais, às quais está subordinado e disciplinado, porém, o que é reclamado pelos servidores é o descaso com que o presente reajuste foi tratado. Como explicar o fato de quase seis meses de atraso para comunicar o seu valor? Não é crível que a Unimed Norte-Nordeste ainda não tivesse os percentuais de reajuste em dezembro de 2012.

É por isso, que vários servidores e servidoras têm migrado para outros planos de saúde,

principalmente para o Sisejufe/Unimed-Rio, que existe a cerca de 14 anos e os seus

reajustes têm sido dentro de percentuais abaixo dos praticados no mercado.

CENTRAL DE ATENDIMENTO UNIMED-RIO

Rua da Assembleia, 77/17º andar
Centro – Rio de Janeiro – Telefone (21)
2158.0580 - Das 8h30min às 17h30.

Demais localidades:
Telefone 0800.247838 ou através
da página eletrônica unisisejufe.com.br.

Carência zero: Sisejufe fará campanha com aproveitamento de carência

Campanha do sindicato buscará a categoria na adesão ao seu melhor plano

Devido ao elevado reajuste de 16,39%, em 2013, aplicado ao plano de saúde Unimed Norte-Nordeste, no TRF2 e na Justiça Federal, o Sisejufe/Unimed-Rio abrem mais uma vez campanha de carência zero para seus sindicalizados e sindicalizadas. Caso o servidor ainda não seja sindicalizado ao Sisejufe, poderá se sindicalizar no ato da adesão.

A campanha inicia nos próximos dias, para cobertura a partir de 1º de julho de 2013, com prazo para adesão até 15 de junho do corrente ano. O novo acordo firmado entre o Sisejufe e a Unimed-Rio vai beneficiar os servidores e servidoras sindicalizados (as) e seus dependentes (cônjuge, companheiro(a) e filhos (as)

até 30 anos e netos, até 18 anos) que terão opção de cinco planos: Personal (atendimento estadual), Alfa, Beta, Delta e Ômega com atendimento nacional. A Unimed-Rio conta com uma rede de atendimento com mais de 5 mil médicos cooperados e os melhores hospitais do Rio de Janeiro, e ainda com mais de 100 mil médicos cooperados e 3,5 mil hospitais credenciados em todo o território nacional.

É importante frisar que as migrações somente se darão entre planos similares. Servidores e servidoras do TRF2 e da Justiça Federal oriundos do plano Unimed Norte-Nordeste terão carência zero, independentemente de idade, exceto para parto, que permanece em

210 dias; oriundos de outros planos similares (Amil, Bradesco, Golden Gross e Banco do Brasil/Sul América e de outros tribunais terão carência zero até 58 anos, exceto parto, em 300 dias, acima de 59 anos carências contratuais; oriundos dos planos Assim, Dix e Medial poderão migrar aproveitando carência somente para o plano Personal da Unimed-Rio. Servidores e servidoras com idade até 58 anos, sem plano anterior, terão carência de 90 dias para internações psiquiátricas, para dependências químicas e alcoolismo; 120 dias para internações; 180 dias para transplantes de rins e de córneas, próteses, órteses, quimioterapia, radioterapia e mastectomia, e de 300 dias para parto. Os acima de 59 anos de idade, terão as carências contratuais.

O convênio com a Unimed-Rio oferece uma campanha promocional para as adesões até 15 de junho de 2013 com carência zero para todos (as) os (as) sindicalizados (as) e seus dependentes oriundos do Unimed Norte-Nordeste do TRF2 e da Justiça Federal, exceto parto, com 210 dias. A cobertura passa a valer

VOCÊ LIGA E NÓS RESOLVEMOS SUA SITUAÇÃO



O cliente Unimed-Rio pode contar com a cooperativa na resolução de casos sobre o uso do plano de saúde. Oriente suas equipes a utilizar nossos canais de relacionamento para o esclarecimento de dúvidas, pedidos de autorização de procedimentos, negociação de prazos e serviços. Temos uma equipe especializada, disponível 24 horas em todos os dias da semana, para ajudá-lo. Conheça os canais:

CONTACT CENTER - (21) 3861-3861
CLIENTES UNIMED-RIO FORA DO ESTADO DO RIO - 0800 031 3861
INFORMAÇÕES - 0800 079 3821
CANAL EXCLUSIVO PARA DEFICIENTES AUDITIVOS/FALA - 0800 286 0234
OUIDORIA - www.unimedrio.com.br/ouvidoria
LOJAS DE RELACIONAMENTO *

Centro - Rua do Ouvidor, 161, sobreloja. Intercâmbio no 7º andar
 Copacabana - Rua Bolívar, 125
 Barra da Tijuca - Av. Armando Lombardi, 400, loja 103
 Caslías - Rua Prof. José de Sousa Herdy, 1216, loja 245

* As Lojas de Relacionamento estão abertas das 8h30 às 18h, de segunda a sexta, exceto feriados.



a partir de 1º de julho de 2013.

Vale ressaltar que os (as) servidores (as) que efetuarem a inscrição no plano de saúde Unimed-Rio/Sisejufe terão direito a concessão do benefício auxílio saúde, reembolsado pelos

tribunais. Para quem ainda não é sindicalizado, agora é a hora de se sindicalizar preenchendo a ficha de sindicalização, no ato da adesão, ao plano de saúde ou através de nossa página na internet (www.sisejufe.org.br).

TABELA JUNHO 2013

	ALFA	BETA	DELTA	ÔMEGA	PQC	PQP
0 - 18	96,39	115,73	127,18	146,25	79,96	89,59
19 - 23	122,45	147,05	161,58	185,81	101,60	113,82
24 - 28	153,06	183,77	201,94	232,23	126,96	142,28
29 - 33	161,05	193,36	212,47	244,34	133,59	149,91
34 - 38	170,86	205,12	225,40	259,21	141,73	158,80
39 - 43	195,38	234,57	257,76	296,42	162,08	181,60
44 - 48	236,48	283,90	311,98	358,77	196,16	219,80
49 - 53	271,95	326,46	358,77	412,57	225,59	252,75
54 - 58	378,81	454,78	499,75	574,70	314,24	352,09
> 59	578,17	694,15	762,78	877,48	479,62	537,40

Alarmes de incêndio assustam servidores da Almirante Barroso

Justiça Federal

Sistema de alarme com defeito cria pânico entre servidores

Servidores são surpreendidos pelo procedimento sem receberem qualquer tipo de informação sobre um possível teste de evacuação

Os servidores da Justiça Federal lotados no prédio da avenida Almirante Barroso, no Centro, têm sido surpreendidos pelo alarme dos equipamentos de combate a incêndio. É de praxe as administrações realizarem procedimentos de evacuação e testes de equipamentos de combate a sinistros, o que não é problema. Pelo contrário, esses devem ser feitos mesmo. Mas o que tem provocado apreensão e susto entre os servidores que trabalham no prédio é que não há uma comunicação oficial prévia de que os testes serão feitos.

De acordo com Pedro Paulo Leal, diretor do Sisejufe, quando o alarme de incêndio é disparado, os servidores se preocupam, se mobilizam para uma possível evacuação e somente são informados do teste pelos funcionários dos elevadores ou por um segurança, e quando são questionados. Do contrário, a movimentação de treinamento fica sem explicações. “O risco é que, se ocorrer uma evacuação para valer ninguém vai dar atenção”, avalia Pedro Paulo.

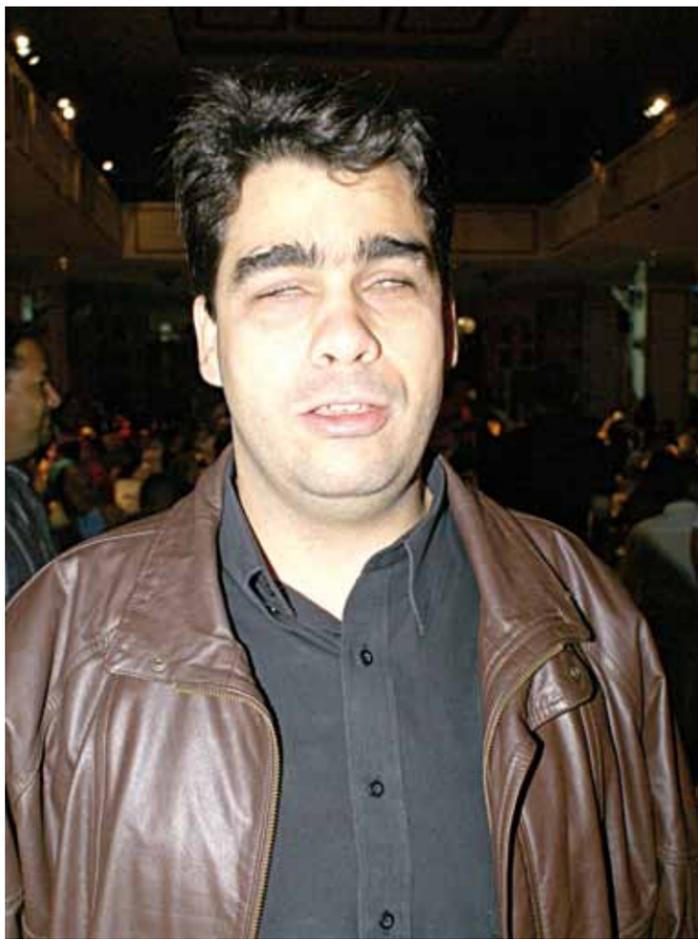
Para o dirigente sindical, os episódios passam por omissão da Coordenadoria de Segurança da Direção do Foro. “A administração deveria orientar a Assessoria de Comunicação no envio de comunicado oficial alertando acerca do procedimento, informando dia

e horário da verificação dos equipamentos. Assim, seria feito um treinamento mais organizado. Aqui na Almirante Barroso, já virou costume o alarme de incêndio tocar e as pessoas não estarem informadas dos testes”, afirma o diretor do Sisejufe.

Sistema sofisticado

Contatada pela reportagem do Contraponto, a Assessoria de Imprensa da Justiça Federal – Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ), em nota enviada à redação do Contraponto, informa que o episódio não se trata de testes. Segundo o órgão de assessoria, “devido a sofisticação do sistema de detecção de incêndio, um mau contato ou pequena sujeira pode acionar a central de alarme, provocando disparos de curta duração”. O setor explica que nessas situações, “a Brigada de Incêndio do prédio entra em ação imediatamente, verificando o ocorrido e desarmando a sirene”.

A Assessoria garante, no entanto, que estes disparos ocasionais deixaram, em breve, de acontecer. Informou. Também, que a SJRJ estabeleceu processo de licitação para contratar empresa especializada em manutenção do sistema de detecção e combate a incêndios. O pregão está marcado para o dia 22 de maio. Além disso, ressaltou que “em caso



“O prédio já não possui portas corta-fogo e que sem a liberação por parte do Corpo de Bombeiros da escada de incêndio, não haverá condições seguras de evacuação”

Ricardo Azevedo



“O risco é que, se ocorrer uma evacuação para valer ninguém vai dar atenção”.

Pedro Paulo

de incêndio, o alarme tocaria ininterruptamente” e informa que a “SJRJ conta com Brigada de Incêndio e servidores treinados para organizar a evacuação do prédio, se necessário”.

Em reunião com o diretor do Foro, Carlos Guilherme Francovich Lugones, a direção do Sisejufe pautou a necessidade de resolução do problema, bem como outros que dizem respeito a segurança do prédio do Foro da Almirante Barroso. O diretor Ricardo de Azevedo Soares, que é servidor lotado no prédio, questionou a ausência de solução para problemas anteriores tais como a liberação para o uso da escada de incêndio em situações de evacuação. Ricardo argumentou que o prédio já não possui portas corta-fogo e que sem a liberação por parte do Corpo de Bombeiros da escada de incêndio, não haverá condições seguras de evacuação quando assim for necessária a realização dessa manobra. Ricardo, que fez curso de brigadista, afirmou que os servidores lotados no prédio da Almirante Barroso ficam inseguros com a demora na solução dessas questões e citou, novamente, a questão da falta de “Habite-se” do prédio como um dos elementos que deixam os servidores em dúvida acerca da segurança do prédio.

O diretor do Foro lembrou que o prédio é bastante sólido e que a ausência do “Habite-se” se deve, provavelmente, a pendências burocráticas envolvendo questões tributárias e que os prédios públicos, mais antigos, via de regra não possuem o tal “Habite-se”. Carlos Lugones afirmou, também, que vai levantar todos os dados envolvendo não somente o “Habite-se”, mas todas as outras questões citadas para que essas possam ser resolvidas o mais rápido possível.

Pela unidade dos trabalhadores

8º Congrejufe O desejo de discutir uma Justiça melhor



Apontando um possível “conflito de gerações” entre os servidores, o deputado federal Roberto Policarpo (PT-DF), que também foi dirigente da Fenajufe, alertou para a paciência que todos devem ter para o enfrentamento dessa questão e orienta para que todos busquem objetivos comuns para a categoria

A frente dos trabalhos de abertura do 8º Congrejufe, os coordenadores-gerais da Fenajufe José Carlos Pinto de Oliveira (Sintrajufe/RS), Ramiro Santana Moreno López (Sintrajufe/RS) e Saulo Costa Arcangeli (Sintrajufe/MA) conduziram as discussões do evento. Na mesa também estiveram presentes Lúcia Maria Bernardes de Freitas, coordenadora-geral do Sitraemg; Paulo Barela, representando a Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas); Jacqueline

Albuquerque, representando a Central Única dos Trabalhadores (CUT); Raul Vasquez, da Associação dos Funcionários do Judiciário do Uruguai (AFJU); de Oscar Ibañez, da Federação dos Judiciários da Argentina (FJA); e Roberto Policarpo, deputado federal (PT-DF).

Lúcia Bernardes, ex-dirigente da Fenajufe, em sua saudação aos delegados afirmou que a simples presença de todos no 8º Congrejufe representava um ganho, e que isso poderia ser entendido

“como o desejo de discutir uma Justiça melhor para todos”, independentemente dos motivos da presença dos delegados no congresso.

“Um momento importante da luta de classes, dada a crise expressiva do capitalismo no mundo todo”, avaliou Paulo Barela, que criticou o governo federal, principalmente no que diz respeito às privatizações e à retirada de direitos trabalhistas.

A perda de direitos pelos trabalhadores e o aprofundamento

da crise capitalista compuseram a avaliação da representante da CUT, Jacqueline Albuquerque, que até o 8º Congrejufe, foi uma das coordenadoras de Formação Política e Organização Sindical da Fenajufe. Para ela, “estamos aqui discutindo e precisamos buscar uma unidade pelos trabalhadores”.

Enquanto Raul Vasquez, da AFJU, reserva ao Judiciário uruguaio – com sua opinião – também um papel de transformador social, Oscar Ibañez, da FJA, criticou o governo

da presidenta da Argentina, Cristina Kirchner, por querer retirar do Judiciário argentino “a sua independência”.

Apontando um possível “conflito de gerações” entre os servidores, o deputado federal Roberto Policarpo (PT-DF), que também foi dirigente da Fenajufe, alertou para a paciência que todos devem ter para o enfrentamento dessa questão e orienta para que todos busquem objetivos comuns para a categoria.

Vinte anos de Fenajufe

8º Congrejufe História e tradição combativa na defesa da categoria do Judiciário Federal

Na sequência da mesa de abertura, Jean Paulo Loiola Lima, então um dos coordenadores de Comunicação da Fenajufe, anunciou a apresentação de um documentário sobre a história da federação, desde a sua fundação até os dias atuais. Loiola salientou que, em seus cerca de 40 minutos de duração, o vídeo-documentário não teria como abranger toda a pluralidade existente na entidade e na categoria, mas explicou que se pretendeu, ainda que de maneira bastante rápida, representar os 20 anos de lutas da categoria dirigida pela Fenajufe.

Revezando-se nos blocos do documentário, ancoravam-nos os trabalhadores que dirigiram a Fenajufe em sua primeira gestão, rememorando, em perspectiva, além da fundação da entidade, em seu primeiro congresso, no ano de 1992, realizado em Brasília, a vigorosa greve de 1996 - na qual a categoria conquistou seu primeiro Plano de Cargos e Salários (PCS), iniciando a construção de uma carreira - e o ganho de confiança e credibilidade da entidade e suas lideranças junto aos servidores.

Homenagem aos precursores

Ao fim do documentário, foram convidados para compor a mesa antigos dirigentes da Fenajufe, carinhosamente chamados de “relíquias” por Demerson Dias (SP), membro da primeira



Coral Arte em Canto, do Sitraemg, na abertura do Congrejufe interpretou músicas de compositores mineiros

diretoria da entidade. Juntaram-se a ele Neemias Freire (SP), Agnaldo Moraes (DF), João Carmelino (BA), Carlos Matos (SP), Ribamar França (PA), Lígia de Siqueira (SP) e Dagoberto Pereira, velho militante uruguaio, que, pontuando momentos históricos, ressaltaram que a luta sindical nunca termina.

José de Oliveira, um dos coordenadores-gerais da Fenajufe, ainda recebeu duas outras homenagens em nome da Fenajufe: um quadro doado pela Associação dos Funcionários do Judiciário do Uruguai (AFJU), ofertado por Esteban

Antigos dirigentes da Fenajufe convidados a compor a mesa na cerimônia de comemoração dos 20 anos foram chamados carinhosamente de “relíquias”

Romasanta Herrera, e uma placa comemorativa, oferecida pelo Sitraemg, das mãos de um de seus coordenadores e ex-dirigente da federação, Hebe-Del Kader Bicalho.

Dissertação de mestrado

Carlos Matos, quando servidor do Poder Judiciário, foi dirigente da federação. Atualmente

trabalha no Executivo e foi convidado por um especial motivo: em sua dissertação de mestrado, defendida na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Matos teve como objeto de pesquisa a Fenajufe e a sua história. Intitulado de “A Fenajufe e seus sindicatos: a CUT no Poder Judiciário e no Ministério Público da

União”, o trabalho acadêmico se deteve nos aspectos da luta pela unidade dos sindicatos e da federação.

De acordo com ele, sua meta foi examinar o mundo dos tribunais e do Direito, registrando, historicamente, os acontecimentos que culminaram na fundação das entidades locais e nacional.



Nova turma de espanhol para iniciantes no Sisejufe. Aos sábados.

Sábados, das 8h30min às 12h30min. Presidente Vargas, 509, 11º andar. Início no dia 1º de junho. Professores licenciados, com Dele Nível Superior e Pós-graduandos pelo Instituto Cervantes.

Inscrição: formacao@sisejufe.org.br – **Informação:** roberto@sisejufe.org.br ou no telefone: 9189-9746 – **Mensalidades:** Filiados ao Sisejufe e aos sindicatos CUTistas, R\$ 80. Demais Alunos, R\$ 100.

Rio tem representação na nova direção da Fenajufe

8º Congrejufe Trata-se de Roberto Ponciano, diretor de Imprensa do Sisejufe, eleito pela “Chapa 3 – Mais Fenajufe”

Servidor da Justiça Federal, bacharel em Direito e em Letras Português/Espanhol e escritor, Roberto Ponciano protagonizou, talvez, um dos embates mais tórridos do 8º Congrejufe, quando tentava apresentar sua tese intitulada “Anata, extrema-direita organizada no Judiciário para destruir o movimento sindical” para a qual, houve a tentativa de amordaçamento por dirigentes da Anata/Subsídio.

O novo dirigente da categoria no plano nacional responde, quando perguntado acerca do enfrentamento com as adversidades diante da correlação de forças resultante da eleição, afirmando que no que diz respeito a isso, “embora tenhamos perdido a batalha da desfiliação da Fenajufe da CUT, saímos do congresso ainda vitoriosos”. Ponciano avalia

que os que defendem a CUT conseguiram se “manter como majoritários na direção e que, no máximo, haverá empate caso seja necessário decidir mensurando votações”. Para ele, a CUT, sozinha, ainda é a maior força política na Federação: “Tem nove dos 18 diretores, enquanto que a CSP-Conlutas, seis e a Anata, apenas três”. Ressalta o dirigente do Sisejufe e da federação que mesmo com duas chapas cutistas, sem que tenham feito aliança com outra expressiva força política, têm a maioria de diretores na Fenajufe e, além disso, o que prova a hegemonia numérica, “temos duas coordenações gerais”. Por essa análise, Ponciano afirma que “efetivamente, a política da federação nos próximos três anos, será desenvolvida pela maioria cutista”.

No que diz respeito à con-

juntura atual, Ponciano avalia que essa seja extremamente complexa, “pelo efeito da crise do capitalismo internacional”. Aponta como exemplos disso, os ataques aos direitos dos trabalhadores que vêm sendo executados, inclusive pelo governo Dilma Rousseff – “um governo de caráter popular, que foi eleito com o apoio dos trabalhadores -, mas que é tem grandes contradições”, por exemplo, em relação ao Serviço Público, no que tange à regulamentação da Convenção 151, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário, que ainda não foi posta em prática, “determinando que nós não podemos participar de mesas de negociações e nos impondo enormes dificuldades para estabelecê-las”.

E o não estabelecimento da Convenção 151, em sendo uma das dificuldades enfrentadas pelo movimento sindical no Serviço Público, vem implicando, por exemplo, segundo Roberto Ponciano, no fato de a categoria ter chegado a “ficar quatro anos sem receber nenhum reajuste ou sequer uma parcela de reajuste, e seis sem colocar ou aprovar no Congresso Nacional, nenhuma proposta de reposição salarial, o que impactou em muito a categoria”. Para o dirigente, uma das primeiras questões que buscará definir na direção da Fenajufe, é a resolução do “tipo de luta salarial que poderemos empreender no momento, haja visto que estamos recebendo parcelas, ainda que relativamente pequenas de reposição salarial, dificultando, inclusive, o estabelecimento de contato de negociação com o governo”. Para a solução dessa questão, Ponciano propõe que as parcelas ainda restantes sejam adiantadas, “pelo menos para o próximo ano, para abriremos negociação em 2014, ano eleitoral, importante pra gente, momento em que o governo está



“Um governo de caráter popular que foi eleito com o apoio dos trabalhadores, mas que tem grandes contradições”

mais sensível às reivindicações”.

Além dessas questões, há, também, a pauta geral da categoria; a pauta pela redução da jornada de trabalho, proposta essa que, segundo Ponciano, estando o coletivo “Mais Fenajufe” na direção da federação, tirará da gaveta e a colocará na ordem do dia; a pauta de Saúde do Trabalhador, que “nós do ‘Mais Fenajufe’ vimos executando na federação”, e tem a pauta da Carreira, “que também buscaremos dar-lhe movimentação, uma vez que avaliamos que a nossa categoria deva ter isonomia salarial e uma carreira definida”. E nesse ponto, existem as questões da ascensão funcional, do cargo amplo, do cargo de auxiliar judiciário, que está sendo extinto, “e que não consegue melhoria salarial em patamar no qual os outros dois cargos conseguem”.

Para a retomada do debate da Carreira junto a categoria,

Ponciano aponta que “existe mais consenso entre nós do que dissenso, na questão da Carreira. Tirando o pessoal da Anata, que quer o “subsídio”, existe, mesmo entre forças aparentemente adversárias, como a CUT e a CSP-Conlutas, certo consenso quanto a isso”. Para ele, as divergências são pontuais, nesse caso, mas, em se tratando da Anata, “na questão do “subsídio”, há divergência mesmo, posto que nessa questão a proposição exclui parcelas de aposentados e de servidores antigos. Assim, uma gratificação de desempenho que não contemple aos aposentados, não nos interessa. Então, com esse setor, há bastante divergências”.

Com relação a Carreira, para Ponciano, há muito o que dialogar, “inclusive com a oposição no Rio de Janeiro, que se não tiver uma posição sectária e quiser se aproximar pra discuti-la é bem vinda”.



“Efetivamente, a política da federação nos próximos três anos, será desenvolvida pela maioria cutista”

Trabalhadores com deficiência buscam espaço

8º Congrejufe E conquistam avanços na medida em que se organizam

Durante as discussões das Teses Específicas apresentadas no 8º Congrejufe, um assunto mobilizou delegados que apresentavam o resultado de um trabalho, cuja origem remonta o 4º Congresso da Fenajufe, em São Paulo, em 2001. Entre eles, Ari Heck e Elton Decker. Tratava-se de reivindicação dos trabalhadores com deficiências que dizem respeito à acessibilidade; às relações de trabalho; às cotas; à aposentadoria especial; ao Estatuto da Pessoa com Deficiências e a organização de um Encontro Nacional para debater tais temas, ainda em 2013.

Em 2001, Ari e Elton voltaram para casa com a certeza da necessidade de criação, pelos estados, de núcleos de servidores com deficiências e, assim, a proposta foi posta em prática no Sindicato dos Trabalhadores

do Judiciário Federal do Rio Grande do Sul (Sintrajufe-RS), culminando com um encontro que contou com a participação de cerca de 50 trabalhadores do Judiciário daquele estado, tendo como acúmulo político a criação da Comissão de Acessibilidade dos Servidores Deficientes do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT4).

Adaptação às normas

A luta avançou e, como resultado, atualmente quase todas as unidades do TRT4 estão adaptadas para receber trabalhadores com deficiências. Apenas uma pequena parte ainda não se adaptou. Algumas, pelo fato de que estão instaladas em prédios alugados ou históricos, mas que buscam formas de diminuir esse percentual. As adaptações necessárias nas unidades incluem rampas de acesso, portas



Ari Heck (sentado) com a certeza da criação de núcleos de servidores deficientes

largas e banheiros adaptados.

Tendo a Justiça do Trabalho a competência de processar e julgar os pedidos de indenização decorrentes de acidentes de trabalho, esse é mais um

fator para que todo o Judiciário Federal adapte-se às condições exigidas para o trabalho de seus servidores com deficiências. Por essa e outras, a tese apresentada pelos cinco delegados reivindica

que a Fenajufe, entre outros pontos, incentive a criação de um núcleo nacional e garanta, junto aos tribunais, as medidas necessárias para a salvaguarda de direitos.

No Sisejufe, Núcleo de Pessoas com Deficiência

O Núcleo de Pessoas com Deficiência (NPCD) do Sisejufe possui um calendário de mobilização com intervenções no Congresso Nacional, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) e na Câmara Municipal do Rio para discutir propostas no contexto das lutas gerais e pela inclusão de pessoas com deficiências, sem descuidar da pauta interna da acessibilidade e inclusão de servidores do Judiciário e usuários.

Na pauta das lutas gerais, a mobilização para alteração da Meta Quatro do Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020); a defesa do Instituto Benjamim Constant; mesa redonda sobre formulação de políticas de Educação de crianças e adolescentes sob a perspectiva da inclusão; e o Seminário sobre Acessibilidade. Na pauta das lutas específicas, o NPCD tem atuado junto às administrações dos tribunais cobrando condições de acessibilidade nos prédios das justças para servidores e jurisdicionados, assim como

a implantação de políticas de inclusão e ferramentas de acessibilidade nos órgãos, para que os servidores com deficiências possam ter qualidade nas condições de trabalho.

Meta Quatro

O texto inicial da Meta Quatro do Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020), fruto da Conferência Nacional de Educação (Conae 2010) e baseado na Constituição Federal e na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, previa “Universalizar, para a população de quatro a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino”. O texto apresentado no substitutivo pelo relator da matéria, deputado federal Ângelo Vanhoni (PT/PR), prevê o seguinte: “Universalizar, para a população de quatro a 17 anos, o atendimento escolar aos alunos com deficiência, transtornos



Valter Nogueira e Dulavim de Oliveira: na luta pela implantação de política de inclusão

globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente, na rede regular de ensino, garantindo o atendimento educacional especializado em classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou comunitários, sempre

que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível sua integração nas classes comuns.”

Essa última redação foi a que mais se aproximou dos objetivos pautados nas lutas dos trabalhadores, em especial os com defi-

ciência, desde o final de 2010, quando começou a tramitar na Câmara Federal, o Projeto de Lei (PL) 8035. Ainda há muito pelo que lutar, mas, agora no Senado, onde encontra-se, atualmente, o PL que espera-se, possam ser sanados todos os prováveis problemas.

“Nossa maior preocupação nesse momento é quanto ao limite temporal de idade que foi posto na redação do PNE, de 4 a 17 anos. Em nossa opinião, não tem que haver quaisquer limites de idade, uma vez que não há idade para a educação, ainda mais no que se refere ao ensino de pessoas com deficiência que, muitas vezes, tem seu início educacional deveras atrasado. Também não se quis tratar no PNE da estimulação precoce, que é praticado junto às crianças exatamente de zero a quatro anos. No caso de uma criança com deficiência, quanto mais ela for estimulada, e quanto mais cedo se der tal processo, tanto melhor para seu desenvolvimento”, aponta Ricardo de Azevedo Soares, do Núcleo de Pessoas com Deficiência (NPCD) do Sisejufe.

Eleição: a prova de fogo do 8º Congrejufe

8º Congrejufe Terça-feira, 30 de abril. O último dia do 8º Congrejufe.

Com quatro chapas inscritas e 10 candidatos ao Conselho Fiscal o 8º Congrejufe enfrenta o principal momento deste congresso: a eleição da nova direção da Fenajufe e do Conselho Fiscal



Nova direção da Fenajufe: composição proporcional...



...representando a correlação de forças do movimento.

Os candidatos ao conselho foram os trabalhadores Edilson Ricardo da Silva (DF); Elôngio Moreira dos Santos Júnior (AM); Hélio Canguçu de Souza (MG); José Ailton Pinto de Mesquita Filho (MS); José Aristéia Pereira (Campinas-SP); José de Ribamar França Silva (PA/AP), José Francisco Rodrigues (MG), Lourival Matos (BA), Marinilda Dias da Silva (SP) e Miguel Ângelo Rangel Silva (RS).

As chapas inscritas, candidatas à Direção da Fenajufe, assim se identificaram: Chapa 1 – Juntos Somos Fortes; Chapa 2 – Luta Fenajufe; Chapa 3 – Mais Fenajufe; e Chapa 4 – Por Uma Nova Fenajufe. Acontece a eleição, com cabine

de votação, urna e voto secreto sob a coordenação de uma Comissão Eleitoral escolhida em plenário. Apuração feita, sai o resultado. Já no Dia do Trabalhador, por volta das 2h20, a Comissão Eleitoral informa a composição da nova Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, com mandato previsto para o período de 2013-2016. Pelo Regimento Eleitoral, a Diretoria é composta a partir da chamada proporcionalidade qualificada, permitindo que todas as chapas tenham componentes na Direção. Assim, as chapas 1, 2 e 3 ficaram, cada uma, com um coordenador-geral.

Como houve empate entre as chapas 1 e 2 (159 votos para cada uma) para a ocupação da 17ª vaga da Direção Executiva e o Estatuto, assim como o Regimento, não previam critério de desempate, a Comissão Eleitoral encaminhou a decisão para o plenário, sendo aprovada uma mudança estatutária, com o quorum necessário, que acrescentou, provisoriamente, para a nova gestão, um novo membro à Direção. Assim, novos coordenadores-gerais da Fenajufe são Ramiro López (RS), da Chapa 1 – Juntos Somos Fortes; Adilson Rodrigues (SP), da Chapa 2 – Luta Fenajufe e Mara Weber (RS), da Chapa 3 – Mais Fenajufe.



Voto secreto pra escolha da nova direção do movimento

Abaixo, os nomes dos membros da nova diretoria (por chapa) e do Conselho Fiscal

Chapa 1 – Juntos Somos Fortes (159 votos)

Titulares

Ramiro Moreno López (RS)
Cledo Vieira (DF)
Jaqueline Alburquerque (PE)
Edmilton Gomes de Oliveira (DF)
Joaquim Castrillon (SP-Campinas)
Carlos Humberto Rodrigues (MG)

Suplentes

Jean Loiola (DF)
Antônio Batista de Souza (RO)

Chapa 2 – Luta Fenajufe (159 votos)

Titulares

Adilson Rodrigues Santos (SP)
Pedro Aparecido de Souza (MT)

Saulo Arcangeli (MA)

Tarcísio Ferreira (SP)

Cleber Borges de Aguiar (SP)

Maria Madalena Nunes (PI)

Suplentes

Inês de Castro (SP)

Paulo Rios (MA)

Chapa 3 – Mais Fenajufe (80 votos)

Titulares

Mara Rejane Weber (RS)

Roberto Ponciano (RJ)

Luis Cláudio Santos (RR/AM)

Suplente

Iracema Pompermayer (ES)

Chapa 4 – Por Uma Nova Fenajufe (77 votos)

Titulares

Alexandre Magnus (MG)

João Batista (GO)

Maria Eugênia (DF)

Suplente

João Evangelista (SP/Campinas)

Conselho Fiscal:

Titulares

Miguel Ângelo Rangel Silva (RS)

José Ailton Pinto de Mesquita Filho (MS)

José de Ribamar França (PA)

Suplentes

Hélio Canguçu de Souza (MG)

José Aristéia Pereira (SP/Campinas)

Elôngio Moreira dos Santos Júnior (AM)

Inscrições em cursos on-line gratuitos de capacitação para sindicalizados já estão abertas

Qualificação Sisejufe, em convênio com a Multiplus, oferece cursos de capacitação

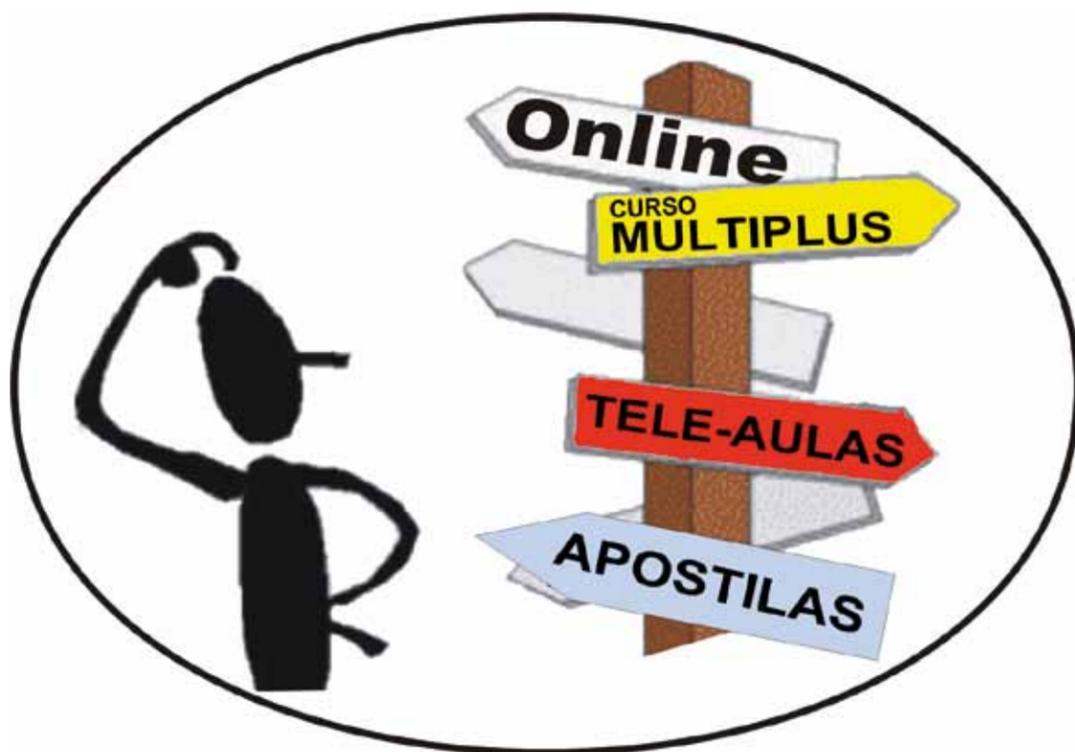
As inscrições para cursos on-line gratuitos de capacitação oferecidos pelo sindicato já estão disponíveis. Interessados, servidores e servidoras do Judiciário Federal do Rio, sindicalizados ao Sisejufe, podem fazer o cadastro na página www.sisejufe.org.br. Com o cadastramento aberto desde 29 de abril, 150 servidores já tinham feito a inscrição até o dia 14 de maio. Cada um poderá se inscrever em até três cursos por módulo. Com aulas gratuitas, elas abrangem áreas de interesse do Poder Judiciário da União.

Ao concluir as aulas, os servidores terão o direito de requerer o Adicional de Qualificação (AQ), que pode chegar até 3% (necessário a conclusão de 360 horas para ter o percentual). Para obter cada 1%, o servidor terá que concluir uma carga horária de pelo menos 120 horas em cursos.

A iniciativa é um convênio ex-

clusivo com a “Multiplus”, que mantém parceria com a Universidade Cândido Mendes (Ucam). Serão módulos de 40 horas em cursos on-line, para os sindicalizados. Os participantes não terão nenhum custo. Os alunos vão acessar o material didático e, ao final, farão uma avaliação. E, se foram aprovados, terão o certificado de conclusão.

Os cursos vão somar mais de mil horas, divididas em 25 módulos de 40 horas que abrangem as seguintes disciplinas: Português, Direito Penal - Parte Geral, Processo Penal, Administração Financeira e Orçamentária, Controle Interno, Direito Constitucional - Controle de Constitucionalidade, Direito Constitucional -, Direitos Humanos, Direito do Trabalho, Direito Eleitoral, Processo Penal Eleitoral, Processo Judicial Eleitoral, Direito Penal Econômico, Licitação e Contrato, Pregão Eletrônico, Lei 8.112/90 (RJU), Gestão Pública, Gestão de Pessoas, Segurança



de Autoridade, Segurança Patrimonial, disciplinas de Direito Administrativo, Direito Constitucional, Processo Civil, Direito Penal, e Língua Portuguesa. As aulas serão ministradas por professores altamente qualificados.

Após a inscrição, contando 15

dias de aulas, o servidor poderá fazer a prova. Precisar acertar, no mínimo, 60% das questões para ser aprovado. O exame será on-line e cada módulo terá um banco de 100 a 200 questões, das quais o sistema sorteará, aleatoriamente, 10.

Dessa forma, todos terão que estudar o material didático para fazer os testes. Caso não seja aprovado, outra prova será disponibilizada em uma semana. E, se o aluno for aprovado, ele poderá se inscrever em outros cursos, que seguirão a mesma dinâmica.

Veja como é fácil se inscrever. O Contraponto publica um passo a passo para fazer o cadastro na Loja Virtual do Multiplus

1º PASSO

Escolha a categoria;

2º PASSO

Escolha o curso desejado;

3º PASSO

Clique no botão “Compre Agora”;

4º PASSO

Clique em “Comprar com Pague Seguro” (caso deseje mais de um curso clique em “continuar comprando”);

5º PASSO

Clique em “Finalizar a Compra”;

6º PASSO

No campo “Ainda não possui cadastro?”, insira seu e-mail e número de CPF;

7º PASSO

Efetue seu cadastro e clique em “Continuar”;

8º PASSO

Aparecerá a área para ser inserido o cupom de desconto;

9º PASSO

Coloque o cupom de desconto: SISEJUF100 (grafar em CAIXA ALTA – Letra maiúscula);

10º PASSO

Assinale o contrato e depois saia do site. Cadastro realizado!

***Ressaltamos que assim que o servidor fizer esse cadastro, automaticamente o curso será liberado.**

Observação: NÃO COLOCAR DADOS DE CARTÃO E NÃO IMPRIMIR BOLETO!

Para acessar seus cursos

1º PASSO

Entre em nossa loja virtual;

2º PASSO

Ao lado de “Digite a sua busca”, encontrar-se-á uma tarja azul escrito “Área do aluno” no qual deverá ser colocado o e-mail cadastrado e o número de CPF;

3º PASSO

Por motivos de segurança, o sistema solicitará que uma nova senha seja feita;

***Vale lembrar que todos os módulos contêm material de acompanhamento, em PDF, que podem ser baixados quantas vezes for necessário.**

Eventuais dúvidas ou esclarecimentos pelo SAC – Multiplus Online: contato@cursumultiplus.com.br em www.cursumultiplus.com.br